



Banco Inbursa de Investimentos S.A.  
CNPJ nº 04.866.275/0001-63

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### SENHORES ACIONISTAS:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório de auditoria elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

### BANCO INBURSA DE INVESTIMENTOS S.A.

O Banco é uma instituição financeira diretamente controlada pelo Banco Inbursa, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Inbursa ("Banco Inbursa") e indiretamente pelo Grupo Financiero Inbursa, S.A.B. de C.V. ("Grupo Financiero Inbursa"), ambos de origem mexicana e devidamente constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos Mexicanos. Por sua vez, o Banco é uma instituição financeira devidamente constituída sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, tendo sido autorizado a funcionar como banco de investimento pelo Bacen, e tem como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em lei e aplicáveis aos bancos de investimento, bem como a prática de atividades e operações de câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Grupo Financiero Inbursa é um conglomerado financeiro mexicano, com alta liquidez e alto nível de capitalização

em todos os seus negócios. No México, ocupa entre a 5ª e a 6ª posição entre os maiores bancos do país, contemplando uma plataforma completa de produtos dos mais variados segmentos do mercado financeiro. Em 2014, o Grupo Financiero Inbursa chegou a um acordo para adquirir a totalidade das ações detida pelo Standard Bank Group Limited no Banco Standard de Investimentos S.A. (unidade brasileira do Standard Bank Group), marcando a sua entrada no país e passando assim a ser a 11ª marca mais valiosa do México. Dessa forma, sujeito às aprovações regulatórias e demais condições constantes do respectivo instrumento de venda e compra, o controle acionário do Banco foi adquirido em 14 de março de 2014, tendo sido aprovado pelo Bacen e publicado no Diário Oficial da União em 15 de maio de 2015, com a consequente alteração de sua denominação social de Banco Standard de Investimentos S.A. para Banco Inbursa de Investimentos S.A., nos termos da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 17 de abril de 2015.

### DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

No Brasil, o Banco é dedicado a oferecer crédito para empresas dos mais diversos segmentos. RePLICANDO o foco de atuação de negócios no México, o Banco irá atuar no mercado de empréstimos para empresas dos mais diversos segmentos, apoiando grandes, pequenas e médias empresas. O Banco está se estruturando para começar suas operações no Brasil, tendo como missão o comprometimento com o País,

integrado com o melhor capital humano e criado para gerir e fazer prosperar da maneira mais eficaz o patrimônio de seus acionistas e clientes, tendo como um de seus principais pontos fortes a disciplina no controle de custos e a busca por eficiência em todos os processos de forma contínua.

### GESTÃO DE RISCOS

O Banco julga que manter uma efetiva estrutura de gestão de riscos é parte fundamental na condução dos negócios. A estrutura estabelecida no plano de negócios permite o gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, jurídico e de compliance. O Banco busca o adequado equilíbrio entre risco e retorno e investe constantemente para aprimorar os processos, políticas e ferramentas de gestão de riscos, a fim de garantir a segurança das operações, atuando de forma preventiva e assegurando que os negócios aconteçam em um ambiente apropriado de controle e visando à manutenção do Sistema Financeiro Nacional e da sociedade como um todo. A Alta Administração do Banco é envolvida em todas as iniciativas relevantes inerentes à gestão de riscos, sendo que a estrutura de governança corporativa propicia adequada avaliação dos riscos incorridos pelo Banco inerentes à realização e consecução de seu objeto social, bem como seu efetivo gerenciamento.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo	Notas	2015	2014
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	3. b e 4	101.886	221.066	Outras obrigações		13.890	22.657
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	101.656	208.654	Fiscais e previdenciárias		261	457
Carteira própria		101.656	208.654	Diversas	9	13.629	22.200
Outros créditos	7	173	11.268	<b>Exigível a longo prazo</b>		1.641	97.236
Diversos		173	11.268	<b>Depósitos</b>	8.a	—	91.463
Outros valores e bens		35	83	Depósitos a prazo		—	91.463
Despesas antecipadas		35	83	<b>Outras obrigações</b>		1.641	5.773
<b>Realizável a longo prazo</b>		6.243	7.303	Diversas	9	1.641	5.773
Outros créditos	7	6.243	7.303	<b>Patrimônio líquido</b>		94.768	112.933
Diversos		6.243	7.303	Capital social:			
Permanente		2.170	4.457	De domiciliados no exterior	10.a	111.588	111.588
Investimentos		1	1	Reservas de lucros		—	67
Outros investimentos		1	1	Lucros ou prejuízos acumulados		(16.820)	1.278
<b>Imobilizado de uso</b>		2.003	4.254				
Outras imobilizações de uso		9.670	12.631				
Depreciação acumulada		(7.667)	(8.377)				
<b>Intangível</b>		166	202				
Ativos intangíveis		1.174	1.030				
Amortização acumulada		(1.008)	(828)				
<b>Total do ativo</b>		110.299	232.826	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		110.299	232.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	(Prejuízos) Lucros/ acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		135.889	549	4.650	(29.500)	111.588
Redução de capital:						
Redução de capital		10.a	(24.301)	(549)	(4.650)	29.500
Lucro do semestre					1.345	1.345
Destinações/reversões:						
Reserva legal		—	—	—	(67)	—
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>		111.588	—	67	1.278	112.933
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		111.588	—	—	(2.288)	109.300
Prejuízo do semestre		—	—	—	(14.532)	(14.532)
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>		111.588	—	—	(16.820)	94.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco") é uma instituição financeira diretamente controlada pelo Banco Inbursa, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Inbursa ("Banco Inbursa") e indiretamente pelo Grupo Financiero Inbursa, S.A.B. de C.V. ("Grupo Financiero Inbursa"), ambos de origem mexicana e está organizada sob a forma de banco de investimento, tendo como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em lei e aplicáveis aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em 2014, o Grupo Financiero Inbursa chegou a um acordo para adquirir o Banco Standard de Investimentos S.A. (unidade brasileira do Standard Bank Group), marcando a sua entrada no país e passando assim a ser a 11ª marca mais valiosa do México. No Brasil, o Banco é dedicado a oferecer crédito para empresas dos mais diversos segmentos, apoiando as pequenas e médias empresas (PME's), replicando o foco de atuação de negócios no México. O controle acionário do Banco foi adquirido em 14 de março de 2014, aprovado pelo Banco Central do Brasil e publicado no Diário Oficial da União em 15 de maio de 2015, com a consequente alteração de sua denominação social de Banco Standard de Investimentos S.A. para Banco Inbursa de Investimentos S.A., nos termos da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 17 de abril de 2015.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. Em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2014, foi aprovada a extinção do Conselho de Administração e atribuída a Diretoria de Administração do Banco, em decorrência deste fato, a autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela sua Diretoria em 21 de agosto de 2015.

#### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. **Estimativas Contábeis:** As estimativas contábeis foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinar o valor adequado a ser apresentado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação e impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas mensalmente. b. **Caixa, Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c. **Aplicações Interfinanceiras de Líquidez:** São registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. d. **Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) **Títulos para Negociação:** São avaliados na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período; ii) **Títulos Disponíveis para Venda:** São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários; iii) **Títulos Mantidos até o Vencimento:** São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. e. **Operações de Crédito:** São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. f. **Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os ativos e passivos objetos de proteção e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são demonstrados pelo valor de custo, ajustados ao mercado, com as correspondentes valorizações e desvalorizações reconhecidas no resultado do período. No período o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. g. **Outros Ativos e Passivos:** São demonstrados pelos valores de realização ou exigibilidades e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. h. **Permanente:** **Imobilizado de Uso** - demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens imobilizados é calculada pelo método linear, às taxas anuais: móveis e equipamentos

de uso, sistema de comunicação e de segurança - 10%; equipamentos de processamento de dados - 20%; instalações em propriedades de terceiros - depreciação conforme o prazo dos aluguelos contratados. **Ativo Intangível** - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. i. **Impairment de Ativos Não-financeiros:** O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. j. **Receitas e Despesas:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

k. **Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro:** As provisões para o imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excessivo a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. l. **Moeda Estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. m. **Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: i. **Provisões:** são obrigações presentes reconhecidas nas demonstrações financeiras



\* continuação

**Banco Inbursa de Investimentos S.A.**  
CNPJ nº 04.866.275/0001-63

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** (Em milhares de Reais)

**b. Dividendos:** Conforme estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Por deliberação da Assembleia Geral, e observadas as disposições legais, a distribuição de dividendos aos acionistas pode ocorrer na forma de juros sobre o capital próprio. **c. Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destino até o limite definido pela legislação societária.

**11. CRÉDITO TRIBUTÁRIO, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social:**

	Imposto de renda e contribuição social	
	2015	2014
Apuração de imposto de renda/contribuição social correntes		
Resultado antes da tributação sobre o resultado e participações	(14.532)	1.345
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(14.532)	1.345
Adições/exclusões)	(4.713)	(9.635)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.359)	(1)
Provisão para contingências trabalhistas	(165)	(915)
Adições/exclusões) temporárias	(13.678)	(14.263)
Adições/exclusões) permanentes	11.489	5.544
Base tributável antes da compensação de Prejuízo Fiscal	(19.245)	(8.290)
Base tributável para Imposto de Renda e Contribuição Social	(19.245)	(8.290)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido	-	-
b. Créditos Tributários não Ativados:	O Banco possui prejuízos fiscais de R\$ 159.200 (2014 - R\$ 140.845) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis (Despesas de Pessoal e Contingência) de R\$ 13.992 (2014 - R\$ 27.643), sobre os quais não foram constituídos créditos tributários de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) no montante de R\$ 69.395 (2014 - R\$ 67.395), esses valores serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.	

**12. CONTINGÊNCIAS**

**Contingência classificada com risco de perda provável:** o Banco adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações trabalhistas em curso, cujo risco representa R\$ 1.641 (2014 - R\$ 5.773). **Contingências classificadas com risco de perda possível:** não reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais destas ações, entende que estes processos, abaixo relacionados, não produzirão efeitos patrimoniais: (a) Trata-se de processo de natureza fiscal relativo à prestação de serviços para o exterior - PIS e COFINS oriundo de autos de infração lavrados em 25 de maio de 2010, por meio dos quais a fiscalização constituiu os créditos tributários do PIS e da COFINS, relativos aos períodos de junho, julho e dezembro de 2005, janeiro, março, novembro e dezembro de 2006 e junho, setembro e dezembro de 2007, acrescidos de multa de ofício e juros de mora. A fiscalização alegou que a instituição não apresentou provas suficientes para comprovar que tais serviços foram prestados a pessoa jurídica domiciliada no exterior e que, portanto, essas receitas deveriam ser incluídas nas bases de cálculo das mencionadas contribuições. Em razão dos argumentos jurídicos desenvolvidos na defesa apresentada, das provas documentais anexadas e da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os assessores jurídicos e a Administração, entendem que a probabilidade de perda é possível, com boas chances de êxito. Em 30 de junho de 2015, o valor do auto monta R\$ 9.477 (2014 - R\$ 9.070). (b) Trata-se da Ação Ordinária nº 0008792-39.2009.4.03.6100, na qual se pleiteia o reconhecimento de créditos de IRPJ e CSLL e a necessária homologação de compensações correlatas. Os débitos *sub judice* contam com depósito judicial, que lhes serve de causa suspensiva, conforme despacho da RFB às fls. 117 do PA16327-001499/2010-19. O valor do depósito judicial totaliza R\$ 4.236 (2014 -

R\$ 3.862). (c) Trata-se de ações trabalhistas em curso cujo risco representa R\$ 10.726 (2014 - R\$ 0). Não há causas cíveis contra o Banco de conhecimento da Administração.

**13. PARTES RELACIONADAS**

**a. Remuneração da Administração:** Remuneração dos empregados e administradores - De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de março de 2015, foi fixado o valor anual da remuneração global dos administradores do Banco até o valor máximo de R\$ 10.000, para o semestre de 2015 (2014 - R\$ 10.000). No semestre findo em 30 de junho de 2015, os gastos com remuneração, compreendidos por salários, bônus, férias, indenizações, entre outros, relativos ao pessoal-chave da Administração foram de R\$ 3.172 (2014 - R\$ 6.397).

**b. Transações com Partes Relacionadas:** As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, Banco Inbursa, S.A., Instituição de Bancos Múltiplos, Grupo Financeiro Inbursa, a parte controladora final e as entidades controladas por ela. No semestre não houve operações com as partes relacionadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 - Contexto Operacional, antes da aprovação do regulador as partes relacionadas do Banco incluiram transações com a entidade controladora, SBIC Investments S.A., a parte controladora final, a Standard Bank Group, e as entidades controladas por ela. As transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2015 e 2014:

Receita de prestação de serviços	Grau de Relação (passivo)	Receitas Ativo (despesas) exercício	Receitas Ativo (despesas) exercício
Standard Bank PLC	Ligada	-	11.020 11.332

**14. INDICADORES DE RISCO - ÍNDICE DE BASELIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido. O índice de Basileia II em 30 de junho de 2015 corresponde a 95,51% (66,90% em 2014).

Patrimônio de referência ajustado (Níveis I e II) - PR	2015	2014
Patrimônio de referência exigido - PRE	94.767	112.933
Margem para o limite de compatibilização do PR com o PRE	10.914	18.734
Índice de imobilização - Resolução nº 2.283/96	83.853	94.199
	2,29%	3,95%

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência (PR). Os recursos aplicados no ativo permanente estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio de referência (PR) na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2015 e de 2014, o Banco encontra-se enquadrado neste limite.

**15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2015	2014
Aluguéis	(700)	(653)
Depreciação e amortização	(750)	(1.039)
Processamento de dados	(1.510)	(1.640)
Serviços técnicos especializados	(648)	(1.449)
Comunicações	(172)	(270)
Manutenção e conservação de bens	(207)	(383)
Viagens	(155)	(158)
Serviços do sistema financeiro	(32)	(43)
Água, energia e gás	(87)	(96)
Promoções e relações públicas	(10)	(33)
Segurança	(3)	(3)
Transportes	(14)	(54)
Publicações	(30)	(49)
Propaganda e publicidade	-	(22)
Outras	(474)	(546)
<b>Total</b>	<b>(4.792)</b>	<b>(6.438)</b>

VLADIMIR BACIGA - TC CRC 1SP 131022/O-0

**A DIRETORIA****RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas do Banco Inbursa de Investimentos S.A. (Anteriormente Banco Standard de Investimentos S.A.) São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos

selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Inbursa de Investimentos S.A. em 30 de junho de 2015, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Enfase**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 - Contexto Operacional, o controle acionário do Banco foi adquirido em 14 de março de 2014, e aprovado pelo Banco Central do Brasil em 15 de maio de 2015 com consequente alteração de sua razão social para Banco Inbursa de Investimentos S.A.. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos**

**Auditória dos valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014:** Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 27 de agosto de 2014, com ênfase em relação a aprovação dos reguladores envolvidos no processo de aquisição.

São Paulo, 21 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2

Deloitte

**Boas notícias vão impulsionar sua carreira****Seção temática  
Gestão e Carreira**

**Leia todas as quartas-feiras no DCI e mantenha-se atualizado com as melhores orientações sobre o mundo dos negócios.**

**DCI**  
Diário  
Comércio  
Indústria  
& Serviços

Vamos ao que interessa.